



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC

Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a elaboração do Termo de Referência para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), destinados a atender às necessidades dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição/SP, garantindo condições adequadas de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de EPI e EPC é obrigação legal do empregador, conforme estabelece a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), disposto na Lei nº 6.514/1977, que dispõe sobre as normas de segurança e medicina do trabalho.

Tais equipamentos são indispensáveis para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, devendo ser fornecidos de forma gratuita e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

O fornecimento regular e padronizado de EPIs e EPCs garante a proteção dos servidores municipais, promove a redução de afastamentos por motivos de saúde, e assegura o cumprimento das normas de segurança e higiene ocupacional fiscalizadas pelos órgãos competentes (Ministério do Trabalho e Tribunal de Contas).

3. DIAGNÓSTICO DA NECESSIDADE

Atualmente, diversos setores da Administração Pública Municipal necessitam de reposição e complementação dos EPIs e EPCs utilizados em suas atividades diárias, tais como: obras e serviços públicos, coleta de lixo, manutenção elétrica, jardinagem, limpeza pública, vigilância patrimonial, merenda escolar e serviços administrativos.

Os estoques existentes encontram-se defasados ou insuficientes, havendo a necessidade de padronização dos materiais e reposição periódica para garantir a continuidade das atividades com segurança e conformidade legal.

Dessa forma, justifica-se o registro de preços para aquisição conforme demanda, permitindo fornecimento contínuo e sem interrupções.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Todos os produtos deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme NR-06;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

- Os EPIs e EPCs deverão atender às normas técnicas brasileiras (ABNT/NBR) e demais legislações aplicáveis;
- O fornecimento deverá incluir ficha técnica e catálogo do produto;
- Os equipamentos deverão ser entregues com o CA gravado no produto e dentro do prazo de validade;
- As entregas serão realizadas conforme requisição do Setor de Segurança do Trabalho, de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- Os produtos deverão ser entregues no Paço Municipal, no horário comercial, devidamente embalados e identificados.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preços junto a fornecedores especializados, em conformidade com o art. 23, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de estabelecer parâmetros para elaboração do Termo de Referência e futura formação do preço de referência.

As especificações técnicas foram descritas de forma genérica e impessoal, vedando-se qualquer indicação de marca, modelo ou fabricante, conforme o princípio da isonomia e competitividade.

6. AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida Preventiva/Corretiva
Fornecimento de produtos sem CA válido	Média	Alto	Exigir CA atualizado e amostra para validação pelo Setor de Segurança do Trabalho
Entrega fora das especificações técnicas	Média	Médio	Análise prévia de amostra e conferência técnica na entrega
Atrasos na entrega	Baixa	Médio	Previsão contratual de penalidades e prazos máximos
Falta de aderência às normas da NR-06	Baixa	Alto	Conferência técnica dos lotes e treinamento de fiscais do contrato

A análise demonstra que os riscos são gerenciáveis e mitigáveis com fiscalização adequada e cumprimento das exigências contratuais.

7. SUSTENTABILIDADE E ECONOMICIDADE

A contratação em formato de Registro de Preços permitirá maior eficiência e economia, evitando aquisições fragmentadas e otimizando os recursos públicos.

O processo licitatório eletrônico amplia a competitividade e possibilita melhores preços e condições comerciais.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

Além disso, sempre que possível, deverão ser priorizados produtos com menor impacto ambiental, com materiais recicláveis e embalagens sustentáveis, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

8. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO TÉCNICA

Diante do exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar demonstra a necessidade e a viabilidade da contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, a fim de atender às demandas dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição/SP.

A contratação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, revela-se a mais adequada, por garantir agilidade, economicidade e eficiência administrativa, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal vigente.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo licitatório, com base neste ETP e no Termo de Referência anexo.

Santa Cruz da Conceição/SP 24 de outubro de 2025.

Elaborado por:

Carlos Fernando Alves de Lima
Técnico em Segurança do Trabalho – Gestor do Contrato